



APENSADOS

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:  
(DO SR. SANDRO MABEL)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Acrescenta dispositivo ao art. 86 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.

DESPACHO: 24/09/97 - (À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

À COM. DE CONST. E JUST. E DE REDAÇÃO, EM 7/10/97

## REGIME DE TRAMITAÇÃO

## ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
CCJR	07/10/97
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

## PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

## DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): Zulair Cabral (dev. 24.11.98)	Presidente: (Dev. 24/03/98)
Comissão de: Constituição e Justiça	Em: 11/12/97
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /

PROJETO DE LEI Nº 3.668 DE 1997



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.668, DE 1997  
(DO SR. SANDRO MABEL)



Acrescenta dispositivo ao art. 86 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPUTADOS CÂMARA DOS DEPUTADOS CÂMARA DOS DEPUTADOS CÂMARA DOS DE  
A Comissão  
Constituição e Justiça e de Redação  
DEPUTADOS CÂMARA DOS DEPUTADOS CÂMARA DOS DEPUTADOS CÂMARA DOS DE  
DEPUTADOS CÂMARA DOS DEPUTADOS CÂMARA DOS DEPUTADOS CÂMARA DOS DE  
DEPUTADOS CÂMARA DOS DEPUTADOS CÂMARA DOS DEPUTADOS CÂMARA DOS DE  
DEPUTADOS CÂMARA DOS DEPUTADOS CÂMARA DOS DEPUTADOS CÂMARA DOS DE  
DEPUTADOS CÂMARA DOS DEPUTADOS CÂMARA DOS DEPUTADOS CÂMARA DOS DE  
DEPUTADOS CÂMARA DOS DEPUTADOS CÂMARA DOS DEPUTADOS CÂMARA DOS DE  
Em 24.09.97 PRESIDENTE

ORDINÁRIA

3668  
PROJETO DE LEI Nº , DE 1997  
(Do Sr. Sandro Mabel)

Acrescenta dispositivo ao art. 86 da Lei nº  
7.210, de 11 de julho de 1984, que "Institui a Lei  
de Execução Penal".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 86 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a  
vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 86 .....  
....."

§ 3º Sempre que possível, velar-se-á pela permanência do  
preso em local próximo ao seu meio social e familiar."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A execução penal tem por objetivo, a par de efetivar as  
disposições de sentença ou decisão criminal, proporcionar condições para a harmônica  
integração social do condenado e do internado.



Para que se concretize esse desejo da lei, de ressocializar o preso, é fundamental que o mesmo tenha o apoio de seus familiares e amigos, durante o cumprimento da pena.

A lei de execução penal contém dispositivo semelhante ao que pretendemos introduzir ao art. 86, mas somente em relação ao preso provisório (art. 103). É necessário que esse preceito se estenda para o preso já definitivamente condenado pela Justiça.

Contamos com o decisivo apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação deste importante projeto de lei.

Sala das Sessões, em        de        de 1997.

Deputado SANDRO MABEL

24/09/97





## LEI DE EXECUÇÃO PENAL

LEI 7.210 DE 11 DE JULHO DE 1984

INSTITUI A LEI DE EXECUÇÃO PENAL.

.....

### TÍTULO IV Dos Estabelecimentos Penais

#### CAPÍTULO I Disposições Gerais

.....

Art. 86 - As penas privativas de liberdade aplicadas pela justiça de uma unidade federativa podem ser executadas em outra unidade, em estabelecimento local ou da União.

§ 1º - A União Federal poderá construir estabelecimento penal em local distante da condenação para recolher, mediante decisão judicial, os condenados à pena superior a 15 (quinze) anos, quando a medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio condenado.

§ 2º - Conforme a natureza do estabelecimento, nele poderão trabalhar os liberados ou egressos que se dediquem a obras públicas ou ao aproveitamento de terras ociosas.

.....

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**PROJETO DE LEI Nº 3.668, DE 1997**

**NÃO APRECIADO NA COMISSÃO DE JUSTIÇA**

Acrescenta dispositivo ao art. 86 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.

**Autor:** Deputado SANDRO MABEL

**Relatora:** Deputada ZULAIÊ COBRA

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei que tem por objetivo velar pela reinserção do preso à sociedade, possibilitando que o cumprimento da pena, sempre que possível, se dê em local próximo ao seu meio social e familiar, já que o art. 86 da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984) possibilita que o condenado a cumpra em outro Estado da Federação ou em local distante da condenação, por interesse de segurança pública ou do próprio condenado.

Em sua Justificação, o nobre Deputado Sandro Mabel alega que a Lei de Execução Penal já possui dispositivo semelhante, em seu art. 103, mas, apenas para o preso provisório. Seu intuito ao apresentar o presente Projeto de Lei é o de estender esse preceito para o preso já definitivamente condenado.

Esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação deve pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e quanto ao mérito do Projeto de Lei nº 3.668, de 1997.

É o relatório.





## II - VOTO DO RELATOR

A proposição sob comento atende aos pressupostos de constitucionalidade, referentes à competência legislativa da União (art. 22, I, da C.F.), à atribuição do Congresso Nacional (art. 48 da C.F.), à legitimidade de iniciativa (art. 61 da C.F.) e à elaboração de lei ordinária (art. 59, III, da C.F.).

Estão atendidos os pressupostos de juridicidade e de adequada técnica legislativa, salvo quanto ao art. 3º que deve ser suprimido, face à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, louvamos a iniciativa do nobre Deputado Sandro Mabel. Realmente, ao darmos cumprimento a uma decisão judicial, ao recolhermos o condenado a um dos presídios existentes, devemos ter em vista, não só a aplicação de uma reprimenda, de um castigo, como também a reconstrução de um novo indivíduo através de sua reeducação para que melhor se reintegre profissional, social e familiarmente.

Está claro que a medida proposta pelo nobre Deputado autor do presente Projeto de Lei não vai solucionar de vez o problema de ressocialização do condenado à sociedade, contudo não deixa de ser uma medida que vem auxiliar e facilitar essa reintegração.

Assim, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.668, de 1997, nos termos da Emenda apresentada.

Sala da Comissão, em        de        de 1998.

  
Deputada ZULAIÉ COBRA  
Relatora



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**PROJETO DE LEI Nº 3.668, DE 1997**

Acrescenta dispositivo ao art. 86 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.

**Autor:** Deputado SANDRO MABEL

**Relatora:** Deputada ZULAIÊ COBRA

**EMENDA ÚNICA**

Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei.

Sala da Comissão, em        de        de 1998.

  
Deputada ZULAIÊ COBRA  
Relatora

80432804.187